



DESDE 1988
AO LADO DOS
TRABALHADORES

Intercel lança pesquisa sobre impactos do Conecte junto à categoria
Página 2



Celesc: Intercel debate com trabalhadores/as paralisação dia 18/07
Página 2



#ACT2425CELESC

Inscrições abertas para a Assembleia Estadual

EVENTO SERÁ REALIZADO DIA 3 DE AGOSTO EM PALHOÇA, NA GRANDE FLORIANÓPOLIS



As inscrições para a Assembleia Estadual dos Empregados da Celesc estão abertas. Para participar do evento, que será realizado no dia **3 de agosto (sábado), no ginásio Palhoça, em Palhoça**, basta você procurar o Sindicato da sua região e fazer a inscrição. **A abertura do evento está programada para às 9h.**

As sugestões de modificações das cláusulas do Acordo Coletivo atual e as propostas de novas cláusulas, trazidas durante as Assembleias Regionais da semana passada, serão avaliadas e votadas durante a Assembleia Estadual. Propostas de novas cláusulas **não** serão apreciadas durante a Assembleia Estadual.

O ginásio Palhoça está localizado na **Rua José Alfredo de Brum, nos fundos da igreja matriz, no centro de Palhoça**. Há estacionamento para ônibus e veículos no local. A Intercel solicita que mesmo as pessoas que forem ao evento com automóvel próprio façam as inscrições junto aos sindicatos da Intercel até o dia 29 de julho, para que possa ser calculado o número de participantes na Assembleia e a quantidade de pessoas que almoçarão no local.

Participe do evento, chame seus colegas e ajude a construir uma Pauta de Reivindicações que represente de fato os anseios e demandas da categoria.

Rodada de negociação encerra com alguns avanços

Nova reunião entre o CNE e a Eletrobras estava agendada para essa terça-feira, 9 de julho



Na quarta-feira da semana passada, 3 de julho, foi realizada a primeira rodada de negociação entre o Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE) e a Eletrobras, após o início da mediação pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST). O encontro ocorreu de forma híbrida, com parte dos dirigentes sindicais presentes fisicamente e outra parte virtualmente, assim como os representantes da direção da empresa.

A reunião foi pautada pelos pontos que os sindicatos levaram como contraproposta para a Mediação no TST. A direção da Eletrobras sinalizou avanços na questão do abono, concordou com a vigência do Acordo Coletivo de Trabalho específico por dois anos e garantiu que o aporte financeiro para o plano de saúde dos aposentados e agregados será incluído no Acordo Coletivo de Trabalho 2024/2026. O CNE ainda aguarda as redações específicas para confirmar se as

propostas atendem claramente às solicitações feitas na pauta.

No período da tarde, a mesa de negociação contou com a presença do Vice-Presidente de Gente, Gestão e Cultura, José Renato, e do Vice-Presidente Jurídico, Marcelo Siqueira. Eles reforçaram a intenção da Eletrobras de fechar a negociação do ACT em mesa - inclusive despacharam com o ministro do TST para informar o andamento das discussões com as entidades sindicais.

Apesar dos avanços propostos pela representação da empresa, alguns pontos são muito importantes para os trabalhadores: garantia de emprego, considerando a saída nos últimos anos de milhares de trabalhadores sem nenhuma reposição, resultando em déficit de pessoal em quase todas as equipes. A Eletrobras demonstrou compreensão dessa preocupação e propôs uma nova rodada de negociação nessa terça-feira,

dia 9*, para debater esse ponto, e também, outro que é muito importante, que os trabalhadores conheçam a arquitetura salarial proposta, sobre a qual a empresa se comprometeu a apresentar uma estrutura. Como aceitar o congelamento das matrizes salariais do Plano de Cargos sem conhecer o novo Plano da empresa?

O CNE reforça que está empenhado em fechar esse processo de negociação em mesa e avançar com responsabilidade em todos os itens importantes para a categoria. O Coletivo reafirma que os avanços só estão sendo possíveis graças à confiança e mobilização da categoria, que tem participado ativamente das assembleias e chamados das entidades sindicais. O CNE agradece a todos os trabalhadores e trabalhadoras pela mobilização contínua. A presença de José Renato e de Marcelo Siqueira em mesa não é o fator determinante para o fechamento do processo, mas sim a mobilização de toda a categoria. Assim, é fundamental que todos/as continuem atentos/as aos chamados e outros informes dos sindicatos da Intersul.

*Até o fechamento dessa edição do jornal Linha Viva, a reunião de terça-feira não havia encerrado.

Categoria fará paralisação em 18 de julho

Manifestação cobrará retomada das negociações da PLR 2024

Durante as Assembleias Regionais de avaliação da Pré-Pauta do Acordo Coletivo de Trabalho 2024/2025 na Celesc, na semana passada, os sindicatos dialogaram com a categoria sobre a necessidade de uma resposta firme para a Direção da companhia por conta da paralisação das negociações da PLR 2024. A representação da empresa se reuniu com os sindicatos a última vez para debater o tema em 29 de maio, com a promessa de enviar Nota Técnica explicando a proposta de nova metodologia de divisão da PLR em até 15 dias. Passado um mês do prazo acordado pela Celesc, a Nota Técnica não veio e a Diretoria não propôs nenhuma outra reunião para debater o assunto.

Diante da ausência de reuniões e **passados mais de seis meses da entrega da proposta inicial pela Intercel**, só resta à categoria manifestar sua indignação e cobrar respeito pela Direção da empresa. Nas conversas com trabalhadores e trabalhadoras ficou definido o dia 18 de julho (quinta-feira da semana que vem) como um dia de protesto, com **paralisação das atividades em todo o estado e assembleia para debater a PLR 2024 durante o movimento**.

É uma ofensa a Direção da empresa não valorizar e desrespeitar trabalhadoras e trabalhadores que estão dando seu sangue, lutando para manter a qualidade dos serviços mesmo diante de uma administração que obriga a categoria a fazer mais com menos.



FIQUE POR DENTRO DAS NOVIDADES

Celesc: mobiliário novo para quê?

Trabalhadores da Administração Central reclamam das constantes trocas de móveis no prédio: "tínhamos móveis (mesas/armários) novos aqui nesse prédio. Não havia necessidade de alguma de **trocar móveis novos por outros mais novos ainda**. Falta dinheiro para muitas coisas importantes na empresa, mas sobra para coisas sem necessidade". De acordo com o trabalhador que fez a reclamação, "o novo mobiliário é menos ergonômico, tira espaço das nossas mesas para colocarmos objetos e torna o local de trabalho ainda mais frio".

Atendimento jurídico ampliado no Sinergia

Eletricitárias e eletricitários **filia-**dos ao Sinergia dispõem, a partir dessa semana, de mais um horário para consultas e atendimento jurídico. Além das **terças-feiras, das 9h às 12h**, o escritório de advocacia Garcez (conveniada com o Sinergia) também está fazendo plantões para atendimentos às **quintas-feiras, das 9h às 12h**. Para agendar atendimento, é necessário ligar para o telefone (48) 3879-3011.



Intercel agradece participação nas Assembleias Regionais

A Intercel agradece a participação de toda a categoria eletricitária nas Assembleias Regionais de apreciação da Pré-Pauta do Acordo Coletivo de Trabalho 2024/2025 de celesquianos e celesquianas. Em diversos postos de trabalho houve um aumento da participação da categoria, o que reflete a disposição de luta e a percepção de que é fundamental a união de trabalhadores e trabalhadoras para avançar em direitos.



Intercel faz pesquisa sobre mudança do sistema comercial com celesquianos e celesquianas

Os sindicatos que compõem a Intercel iniciam hoje, dia 11, uma pesquisa com a categoria sobre as **consequências da mudança do sistema comercial na Celesc na vida e trabalho dos empregados**. Para participar e registrar sua opinião, basta acessar o QR-Code ao lado e responder ao questionário até dia 29 de julho.



Eletricitários defendem volta da aposentadoria especial

Membros da CNU e da CUT defenderam a categoria em audiência na Câmara dos Deputados

Representados por Elvio Vargas, secretário-geral da Confederação Nacional dos Urbanitários (CNU), os eletricitários tiveram voz em audiência na Comissão de Previdência da Câmara dos Deputados que debateu projeto que regulamenta a aposentadoria especial, na quarta-feira, 3 de julho.

A categoria defende o direito dos trabalhadores que atuam expostos ao risco de choque elétrico à aposentadoria especial - direito que foi subtraído na **Reforma da Previdência de 2019**, por meio da Emenda 103.

Em sua argumentação, Vargas citou categorias que não têm conseguido a aposentadoria especial nem mesmo por meio de ações judiciais depois da reforma previdenciária, como é o caso dos eletricitários expostos a riscos de choque: "**que empresa fica com o eletricista, aquele que sobe no poste, até os 65 anos de idade?** E eu posso fazer a pergunta inversa também. **Que trabalhador conseguirá fazer um serviço especializado até essa idade?** Não reconhecer a aposentadoria especial é jogar esses trabalhadores no limbo", argumentou.

O PLP 42/23, de autoria do deputado Alberto Fraga (PL/DF), regulamenta artigo da

Constituição Federal que trata da concessão de benefício diferenciado a trabalhadores sujeitos à efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde e, pela proposta, a aposentadoria será concedida ao segurado da Previdência Social que tiver trabalhado sujeito a condições especiais por, no mínimo 15 anos, desde que comprove, além do tempo de trabalho, a permanente exposição a agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. O PLP reduz a idade mínima para a concessão do benefício e aumenta o valor para 100% da média das contribuições.



A audiência pública foi solicitada pelos deputados Pastor Eurico (PL/PE) e Erika Kokay (PT/DF) e todos os convidados defenderam a regulamentação da aposentadoria especial. Foram apresentadas pesquisas e números

como os mais de sete milhões de acidentes com trabalhadores de carteira assinada desde 2012, colocando o Brasil só atrás de Índia, China e Indonésia nesse ranking.

Gastos com acidentes de trabalho:

O dirigente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDPREV), Diego Cherulli, comparou os custos entre aposentadoria especial e benefícios por acidente. O INSS paga hoje 438 mil aposentadorias especiais, com valor total de R\$ 2,4 bilhões por mês. Ao mesmo tempo, há cerca de um milhão de benefícios pagos por acidente, com custo total de R\$ 2,2 bilhões por mês.

"Ou seja, o gasto do governo com o benefício pago por acidentes de trabalho é quase o mesmo que o da aposentadoria especial. Em vez de estar prevenindo, garantindo vida e gerando bem-estar, estamos pagando para aquele que se acidentou, já não tem mais bem-estar ou morreu, porque ali também tem a pensão por morte acidentária", afirmou.

O relator da proposta na Comissão da Previdência, Pastor Eurico, afirmou que aposta em novos consensos para a definição da aposentadoria especial: "esperamos chegar juntos a um denominador comum." Já a de-

putada Erika Kokay, enfatizou que "a aposentadoria especial é um tema de grande relevância para a sociedade, pois o segurado que tem direito ao benefício se expõe a riscos à saúde durante longos anos da vida laborativa".

Além da Comissão de Previdência, o texto terá de ser analisado pelas Comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Só depois será votado pelo Plenário da Câmara. Se aprovado, seguirá para tramitação no Senado Federal.

Na pressão: Eletricitários visitam gabinetes dos deputados da Comissão de Previdência:

Na quinta-feira, dia 4, o Grupo de Trabalho em Defesa da Aposentadoria Especial para os trabalhadores expostos ao choque elétrico, representados pelo Secretário-Geral da CNU e Diretor Jurídico da Furcen, Elvio Vargas, pelo Presidente da Frune e Diretor Executivo da CUT Brasil, Esteliano Pereira Gomes Neto, pelo Diretor Executivo do STEET, Sérgio Fernandes, e pelo Diretor Executivo do StiuDF, Alisson Barbosa de Farias, fizeram **visitas a todos os parlamentares** que compõem a Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família.



TRIBUNA LIVRE | Por Lucas Tonaco, Secretário de Comunicação da FNU, dirigente do Sindágua-MG, acadêmico em Antropologia Social e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Resultado das eleições na Europa influenciará debate do saneamento no mundo

Surpresa para alguns, nem tanto para outros e um alívio para todos que querem um projeto de sociedade fundamentada em parâmetros de direitos sociais e direitos humanos - o afastamento do projeto de extrema-direita no Reino Unido e na França, e com liderança de agrupamentos de esquerda e centro-esquerda. Uma das grandes discussões que surgem é a inflação de preços de produtos e serviços - claro, há vários fatores que influenciam nisso, mas se tratando de saneamento, o **preço da água aumentou devido às privatizações** feitas em governos de direita com a cartilha neoliberal - que, agora, os que não reestatizaram, estão prestes a fazê-lo.

O primeiro caso é da França, que devido a discussões à esquerda, decidiu criar uma empresa pública em 2009, a *Eau de Paris*, para substituir duas concessões privadas que assumiram em 1984 o serviço de água. Nesse período de reestatização, Paris tinha como prefeito Bertrand Delanoë (*Parti Socialiste - PS*), o resultado foi evidente: as

contas baixaram mais de 20%, o controle e

a participação popular melhorou e, agora, um dos carros chefes para a propaganda dos Jogos Olímpicos de Paris, é a despoluição do Rio Sena.

Não fossem as medidas contra a privatização, uma ideia praticada e elevada pela esquerda francesa, que agora não só liderou uma grande coalizão contra a extrema-direita, e que estará em evidência nacional, com líderes anti-privatistas Jean-Luc Mélenchon - que explicitamente batalha pela água ser bem comum e não mercadorias - terá como dizer o óbvio: privatização é a contramão quando o assunto é benefícios para populações, principalmente na preservação, qualidade do serviço e preço da tarifa de água. Portanto, a França agora terá como líderes, inclusive com discurso endossado nas urnas, aqueles que outrora fizeram e fazem o discurso contra as privatizações, pois na teoria e na prática foi e é comprovado, o desastre das privatizações do saneamento, e o povo parece cada vez mais saber disso.

Outro caso recente é o Reino Unido: com a vitória histórica nunca antes vista, com

410 assentos, o Partido Trabalhista, de centro-esquerda, resultou em Keir Starmer como primeiro-ministro britânico. Um dos pontos na eleição no Reino Unido, assim como na França, era a inflação de bens e serviços, e eis um ponto interessante na discussão sobre saneamento: o preço das contas de água (tarifas), aumentará até 40% até 2030. Afinal, o descontrole da iniciativa privada no saneamento em Londres, a *Thames Water*, fez além da má gestão épica envolvendo paraísos fiscais e excesso de financeirização, uma dívida que chega a 14 bilhões de libras. Isso fez que o parlamento discutisse abertamente a reestatização via nacionalização do saneamento em Londres, e desde de 2023, a própria imprensa britânica dá sinais que Keir Starmer vai prosseguir contra a privatização do saneamento. A expectativa permanece para que faça isso, pois, além da redução absurda no preço da água e maior qualidade, resolverá muitos problemas de uma vez só - entre eles, uma determinada herança maldita do neoliberalismo de Thatcher, que promove redução de

direitos, aumento de preços após as privatizações e a sensação de piora na qualidade de vida dos britânicos. É evidente que as derrotas recentes da extrema-direita darão luz a um debate necessário: o mundo caminha para as reestatizações dos serviços essenciais, especialmente nos lugares em que sofreram com as experiências das privatizações. Tanto no Reino Unido quanto na França está explícito o desejo do povo por políticas públicas pautadas na melhoria da qualidade de vida e controle popular e isso passa pela redução de preços de tarifas de bens essenciais, como água e energia. Portanto, necessariamente, o caminho por lá foi a discussão sobre qual projeto político emana disso. As urnas e o povo apoiam, portanto, líderes, discursos e programas não apenas contra as privatizações, mas também aqueles que reestatizam, que buscam por reverter os danos imensos feitos pelo neoliberalismo, sobretudo para as populações mais pobres e mais ainda quando se trata do bem mais essencial de todos: **água**.

Sobre as eleições legislativas na França

Por Allan Kenji Seki, Psicólogo e Doutor em Educação (UFSC), Pesquisador na Universidade Paris 8, Direto da França, especial para o jornal Linha Viva

No último domingo, 7 de julho, as eleições legislativas na França resultaram em uma grande vitória contra o Rassemblement National (RN), partido de extrema-direita, e seus aliados. Com uma participação significativa de 67,5% dos eleitores, um nível não visto desde o final dos anos 1990, a esquerda emergiu com força, conquistando 198 assentos na Assembleia Nacional.

O resultado põe uma vírgula em uma situação de instabilidade política que teve como um de seus principais atos, no dia 9 de junho, quando o Presidente da República francesa, Emmanuel Macron, dissolveu a Assembleia Nacional (AN), após a derrota de seu partido para a extrema-direita nas eleições para o Parlamento Europeu (realizadas entre 6 e 9 de junho). A dissolução da AN, prerrogativa constitucional do Presidente, resultou na convocação de eleições legislativas, cujo período de campanha foi de apenas três semanas.

Talvez Macron considerasse que a esquerda estava dividida e incapaz de forjar unidade e que, sendo o seu partido a única força alternativa ao avanço do RN, ele se beneficiaria da “política do medo”, capturando as forças sociais em sua campanha.

Vale dizer que o governo de seu partido não tinha maioria e vinha impondo reformas e austeridade por meio de manobras legais, incluindo: reforma da previdência, saúde, seguro-desemprego e leis de imigração. Políticas estas que buscavam mostrar aos capitais, que eles não precisavam do RN para implementar as políticas de austeridade e, aos trabalhadores franceses, que, apesar do esfacelamento de seus direitos, seu governo ainda seria mais “democrático” e “republicano” do que um possível governo de extrema-direita.

Porém, menos de um dia após a dissolução, a esquerda demonstrou a capacidade de forjar uma aliança em torno de um programa suficientemente claro e radical: nasceu assim o Novo Fronte Popular (NFP). A unidade em torno, não do terror diante da extrema-direita, mas de um programa simples: o NFP reconhece que existe uma série de crises que se conjugam no momento atual, e que não foram os trabalhadores aqueles que as produziram, portanto, é o capital que deve fazer os sacrifícios. Isto quer dizer, assim simplesmente, que no curto prazo deve-se taxar as grandes fortunas, aumentar o salário mínimo (mais do que criar programas sociais, repartir a riqueza), revogar a reforma da previdência e a lei de imigração.

O programa é assim, claro e direto e, portanto, com difíceis possibilidades de alianças com a direita. Toda a campanha baseou-se em dizer: nós vamos ganhar para implementar este programa e não apenas “ganhar” para impedir o “RN” (e terminar por implementar sua política).

Foi com esta disposição que a esquerda jogou um papel decisivo. Isto porque as eleições na França ocorrem em dois turnos, separados por apenas uma semana. Cada circunscrição elege um deputado, mas concorrem no segundo turno todos os candidatos que obtiveram mais de 12,5% dos votos. Assim, o segundo turno é marcado, em geral, pela escolha entre três candidatos (triangular).

Após o primeiro turno, enquanto se noticiava em todo o mundo a suposta “vitória da extrema-direita”, a esquerda fez um movimento de brilho: decidiu unilateralmente e sem “acordo” político que todos os seus candidatos em terceiro lugar em disputas triangulares desistiriam imediatamente de suas candidaturas: “nenhum deputado a mais para o RN”.

Essa postura foi imediatamente reconhecida pelo povo francês. O NFP assumiu a liderança intelectual e moral das eleições, isto obrigou a direita a ter que fazer o mesmo, sob o risco de ser ela a responsável pela eleição de deputados do RN. Assim, em grande parte das circunscrições a direita teve que desistir de candidaturas para permitir que o NFP derrotasse o RN, onde apenas ele poderia vencer.

Esse ato de responsabilidade política marcou o ponto-chave da virada eleitoral e, o mais importante: sem rendição ao medo e, portanto, sem aliança com a direita.



Imagem: Yann Gall - https://www.instagram.com/reel/C8_x40lqHcL/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA%3D%3D

É interessante observar como, no Brasil, as análises da situação francesa muitas vezes refletem adaptações convenientes da conjuntura política daquele país para a nossa própria realidade, ao invés de uma leitura objetiva sobre a França e o desenvolvimento da sua luta de classes.

Exemplo é que aqui primeiro, buscou-se usar o resultado do primeiro turno francês para enquadrar uma suposta “vitória massiva da extrema-direita” como o resultado direto da polarização política e usar a França como exemplo de um “espírito que ronda a política brasileira” e que não deixa espaço para críticas às forças hegemônicas da esquerda. No entanto, tendo em vista o resultado final das legislativas francesas e que isso caiu por terra, tenta-se mudar a “lição”, agora o que se quer imprimir é a tese de que apenas uma “frente ampla”, “republicana”, “democrática”, de “aliança da esquerda com o centro (leia-se, direita)”, teria vencido a extrema-direita na França. Nada mais falso.

As eleições na França certamente oferecem valiosas lições para a nossa conjuntura política, mas estas lições precisam ser corretamente interpretadas diante do estágio da luta de classes do nosso país. Talvez isso comece por nos questionarmos sobre a envergadura moral e intelectual de nossas próprias esquerdas e qual o programa elas efetivamente portam para os trabalhadores mais sofridos desta terra, nos momentos mais decisivos.